

## OS DIFÍCEIS ENCONTROS DE DUAS SOCIEDADES RURAIS

Geógrafo Raymond Pebayle \*

Tradução: Geógrafo Gilberto Lazare da Rocha e  
Geógrafo Elisabeth de Castro Borges.\*\*

Até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos campos e os policultores das florestas foram raros. Ou melhor, nada parecia anunciar então novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. A aristocracia local foi sempre constituída pelos "estancieiros". Esses homens rudes e fatigados das violentas técnicas da pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos do Prata, rejeitaram maciçamente o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta.

O colono era a antítese desses gaúchos das campinas: era o homem da floresta, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário. O campo não o atraía. E, quando os lotes originais estavam se tornando muito reduzidos para lhes permitir viver, era para outras florestas que eles emigravam. Durante o século XX, as imensas reservas florestais do Alto Uruguai, de Santa Catarina e do Paraná atraíram, assim, muito naturalmente, os excedentes demográficos das regiões coloniais.

Era uma situação original no quadro brasileiro. Nas terras tropicais da Federação, ao contrário, o agricultor era, ou um grande sítante estabelecido em terras florestais, ou um dependente do criador. As terras livres, é verdade, não faltavam no Oeste quase deserto, mas nessas regiões semi-áridas, a falta d'água sempre constituiu um obstáculo maior à expansão dos agricultores.

Mas, ainda que nada deixasse prever que mudanças fundamentais pudessem aparecer na utilização do espaço rural rio-grandense, fatores exógenos de mutação interferiram e transformaram parcialmente as situações adquiridas e as tradições.

Atualmente, o Rio Grande do Sul, que não soube encontrar em seus próprios recursos os meios de se transformar, passa por uma verdadeira revolução agrária pacífica e dirigida, efetivamente, do exterior.

\* Pesquisador do Centre D'Étude de Géographie Tropicale do C N R S

\*\* Geógrafos da UGC - CEMAPA

## OS CONTATOS TRADICIONAIS E ESPONTÂNEOS ENTRE OS CRIADORES E OS AGRICULTORES DO RIO GRANDE DO SUL

Anteriormente, o estudo das duas sociedades rurais do Rio Grande do Sul e de sua dinâmica nos mostraram que contatos limitados, mas reais, haviam tido oportunidade de surgir entre elas. Se tais relações não conduziram a verdadeiras mudanças rurais é, primeiro, porque elas se estabeleceram, sob diversas formas, nos dois únicos meios geográficos onde foram possíveis os encontros entre luso-brasileiros e descendentes de colonos: os limites de contato entre a floresta e o campo, de um lado, e as cidades da campanha de outro. Limitados no espaço, esses contatos eram perfeitamente espontâneos, porque nenhum fator externo os veio favorecer. Nessas condições era toda uma infra-estrutura local, material e mental que eles deviam novamente questionar para engendrar os encontros geradores de mudanças. Apesar desses obstáculos, eles não deixaram de atrair as grandes mudanças atuais promovendo tímidas penetrações de agricultores nas campinas dos criadores.

### I — TROCAS DE BENS E DE SERVIÇOS

Entre as regiões de pecuária e as colônias florestais observamos que os intercâmbios eram antigos. Se bem que faltem testemunhos históricos sobre essa questão, parece que as primeiras colônias alemãs buscaram muito rapidamente junto aos criadores dos campos vizinhos os animais de tração e as vacas leiteiras dos quais tinham necessidade. Em contrapartida, os colonos puderam abastecer diretamente as fazendas em produtos agrícolas primários como o feijão e o milho ou em semi-elaborados (tabaco, cachaça). Contudo nas lindes meridionais das velhas colônias, o essencial das trocas entre as duas sociedades rurais fez-se, sobretudo, durante a segunda metade do século XIX, por intermédio do comércio e da pequena indústria das cidades coloniais da encosta da serra.

Ao norte, pelo contrário, os contatos diretos entre as colônias italianas e os criadores do planalto foram mais estreitos e constantes até 1930 mais ou menos. Colonos idosos, atualmente estabelecidos nos campos com capões do sul de Vacaria, os descreveram. O criador do planalto vendia inicialmente bovinos, cavalos e mulas. Esses eram particularmente apreciados pelos colonos italianos da "encosta", enquanto que os alemães estabelecidos em terras menos acidentadas preferiam a força de tração dos bois. Em troca, os colonos vendiam aos criadores o milho, a aveia e a alfafa. Os italianos acrescentavam a isso a farinha de trigo e um pouco de vinho colonial. Por intermédio dos mascates e dos "bodegueiros", estabelecidos na orla da floresta, os produtos manufaturados fizeram sua aparição durante o primeiro quartel do século XX. Assim, com os couros que compravam dos criadores, os alemães confeccionavam selas e arreios, que vendiam aos cavaleiros das campinas. Os italianos vendiam também objetos de couro (botas e perneiras) de fabricação local. Além do mais eles se colocavam a serviço dos criadores fabricando, inicialmente, ferraduras, cujo uso se expandia com as primeiras estradas ensaibradas, e, depois, artigos de quinilharia e de cutelaria que anunciavam já a atual metalurgia de transformação de Caxias.

No Oeste, vimos que as colônias-ilhadas" estabelecidas no fim do século XIX encontraram nas regiões de campo as únicas saídas para as suas produções agrícolas. A navegação nos rios Comandáí, Ijuí, Jaguari e Ibicuí facilitava aí a exportação de grandes toneladas de milho, de arroz e de trigo. Os colonos vendiam aguardente e fumo em corda aos proprietários dos pequenos barcos (os "barqueiros") que subiam e desciam o rio Uruguai, entre as Missões e os Pampas argentinos. As linhas férreas que deveriam em seguida ligar Santa Maria a Uruguaiana e a Guarani das Missões, facilitariam ulteriormente os contatos entre essas colônias isoladas e as regiões de campo do Oeste rio-grandense.

Atualmente, o que resta desses contatos tradicionais?

O intermediário citadino dificultou bastante os antigos intercâmbios diretos entre os fazendeiros e os colonos. Entretanto, em toda a parte onde a rede urbana é ainda frouxa, esse gênero de relações comerciais muito elementares pode subsistir. É o caso, por exemplo, na periferia das "colônias-ilhadas" do Oeste e das serras do Sudeste. Ocorre o mesmo nos confins ocidentais (Cerro Largo, São Paulo das Missões) e orientais (Esmeralda, Lagoa Vermelha) das colônias do Alto-Uruguai e nos contatos das florestas da vertente atlântica com as terras altas de pecuária do Nordeste do Estado. Em todos esses casos, os intercâmbios sobreviventes baseiam-se exclusivamente nos produtos do solo de consumo corrente: bois de tração e novilhos, de um lado, milho, batatas, alfaça e mandioca, de outro. Essas relações comerciais são, aliás, desprovidas de regularidade. Com efeito, enquanto o colono não busca o gado do criador senão quando tem necessidade de substituir um animal de seu pequeno rebanho, o fazendeiro recorre sobretudo a seu vizinho agricultor em algumas épocas de entre-safras e quando um inverno excepcionalmente rigoroso o obriga a comprar alguns complementos para a alimentação animal, a fim de evitar uma mortalidade catastrófica em seu rebanho.

Nas "vilas" que demarcam os contatos floresta-campo, as "bodegas" podem se encarregar de uma parte dessas relações comerciais elementares entre as duas sociedades rurais. Quando aquelas possuem grande freguesia, ilustram perfeitamente a existência de uma organização regional primária onde a influência da sede municipal sobre sua campanha é ainda muito fraca. Nesses casos, os contatos entre criadores e agricultores são freqüentes. Se, ao contrário, a "bodega" não é mais nada atualmente do que um grande corpo vazio reduzido a uma escassa função de mercearia-botequim ao longo de uma estrada muito freqüentada, é sinal de que as relações diretas entre as duas sociedades rurais se tornaram raras e que as relações comerciais se fazem ao nível do comércio e da indústria urbanos.

É efetivamente através do intermediário citadino que se fazem atualmente a maioria das trocas entre as regiões de campo e as das colônias florestais. Esse fenômeno é particularmente nítido no planalto setentrional, onde os criadores, estabelecidos de um e outro lado da "floresta castelhana", continuam a vender uma parte do seu gado ao frigorífico de Caxias ou aos açougues das aglomerações coloniais. Os comerciantes das colônias asseguram-se assim de uma parte da produção do rebanho de alguns criadores que conhecem bem e com os quais mantêm entendimentos diretos, a maior parte das vezes orais, para a liberação regular do gado gordo. Por toda a parte onde a rede dos caminhos das estradas é suficientemente desenvolvida, o comerciante citadino vai procurar, em cami-

nhão, os cereais, os queijos, a banha e diversos outros produtos das colônias vizinhas. Nas regiões de acesso mais difícil é à bestas de carga denominados "cargueiros" que se recorre para transportar a maior parte das produções coloniais para as aglomerações da campina. São Francisco de Paula, por exemplo, é assim abastecida pelos colonos estabelecidos nos vales superiores dos afluentes da margem direita do rio dos Sinos. Os produtos das "roças" mais isoladas do vale superior do rio das Antas são também encaminhados dessa maneira para as pequenas aglomerações vizinhas do planalto.

Entre os produtos das regiões coloniais, a madeira, e em particular os moirões, tiveram logicamente que dar lugar a vultosas vendas na campina herbácea da Fronteira. Atualmente, entretanto, é somente nos municípios coloniais mais próximos da grande região de pecuária do Sul (São Pedro do Sul, Jaguari, São Francisco de Assis, Santiago) que estacas, de "angico" principalmente (árvores da família das Piptadenias), dão margem a vendas importantes. Firms especializadas de Alegrete, em particular, asseguram o transporte dessas madeiras que os colonos amontoam ao longo das estradas. Muito curiosamente o criador compra pouco nas outras regiões coloniais e se dirige de preferência a empresas do Paraná quando de suas compras de estacas. O afastamento das novas colônias e o mau estado das estradas embaraçou verdadeiramente esta forma de intercâmbios que parece nunca ter se revestido de grande importância no Rio Grande do Sul.

Mas entre os criadores e os agricultores das colônias florestais as relações não são somente comerciais. Existem também as trocas de serviços. O criador, em particular, soube apelar ao agricultor colonial há vários decênios. Nessas verdadeiras franjas de transição entre o campo e a floresta, que são as campinas com capões e arborizadas, é fato comum ver-se o agricultor de origem estrangeira colocar sua força de trabalho a serviço do pecuarista sob formas muito diversas. Uma consiste, por exemplo, na meação pela qual o colono não proprietário é instalado nos capões do fazendeiro em troca de uma certa percentagem da colheita. Em geral, entretanto, repugna ao descendente do colono aceitar esse tipo de contrato que deixa ao "caboclo" sem terra. Ao contrário, ele aceita com boa vontade trabalhos agrícolas temporários pagos por tarefa. Desta forma, pode se colocar a serviço de um criador que deseja arar e semear com forrageira temporária uma área de campina. Enfim, contratos a meio termo podem ligar o agricultor da colônia ao fazendeiro para a exploração de um mato. Nesse caso, um colono bem sucedido e possuindo um caminhão aceita roçar um capão e cultivá-lo durante dois ou três anos, com a condição de poder dispor livremente da madeira cortada. Em contrapartida ele dá a metade da colheita de milho que planta no terreno roçado e devolve a terra semeada com forragem.

Por outro lado, o criador proprietário não se coloca praticamente a serviço do agricultor. É notável, sob este aspecto, que o contrato de estrumação é largamente ignorado nas colônias rio-grandenses. Todavia, esse tipo de acordo existe nas outras regiões do Brasil, em particular no Nordeste, entre os agricultores e os criadores do Agreste. Nas campinas do Rio Grande do Sul os fazendeiros utilizam correntemente as palhas do arroz e de trigo para engordar seu rebanho. Saint-Hilaire, aliás, descreveu numa passagem tornada célebre, os cercados de gado itinerantes onde, por volta de 1820, fazia-se os cultivos de trigo em terras fertilizadas pelo esterco animal. Enfim, é certo que ninguém ignora que o pasto hibernal dos restolhos dos cultivos coloniais terá o duplo interesse de



reduzir o emagrecimento e a mortalidade dos animais e de restituir aos solos florestais esgotados uma parte de sua fertilidade.

Em verdade, essa lacuna se explica simplesmente por uma atitude característica dos grandes criadores que nunca sonharam entender-se com seus humildes vizinhos agricultores com o fim de limitar uma mortalidade hiberna nos rebanhos, a qual lhes parece, aliás, bastante normal.

É então, com os menos favorecidos dos habitantes das campinas de pecuária que os colonos mantêm atualmente relações de trabalho. São os descendentes paupérrimos de antigos criadores, netos de escravos ou longínquos representantes de tribos indígenas há muito tempo dispersas, aqueles que são denominados "caboclos sem terra", numerosos atualmente nas orlas das florestas coloniais, morando em casebres de madeira ou "pau-a-pique" ao longo dos caminhos. Para eles, as oportunidades de emprego se tornaram tão raras nas fazendas de criação que foram obrigados a oferecer seus serviços aos colonos de vizinhança, quando não migraram para as favelas urbanas. Eles são particularmente numerosos nos campos com capões\* do planalto superior. No inverno, trabalham principalmente nas florestas onde os colonos lhes podem confiar a abertura de algumas roças por Cr\$ 2,00 a Cr\$ 4,00 ao dia (em 1970). Podem também cortar madeira e receber Cr\$ 3,00 por stéreo. Se o trabalho falta nas explorações da colônia, eles podem ocupar as frias jornadas chuvosas de inverno em esculpir à faca raízes de araucária que vendem aos comerciantes de Porto Alegre ou de Canela. No verão, as araduras ou as colheitas oferecem empregos mais numerosos, mas sempre temporários. Quanto aos contratos de meação que fixavam por algum tempo esses itinerantes da miséria, se tornam, como tivemos oportunidade de ver, cada vez mais raros.

Os campos com capões não atraíram, entretanto, apenas os "caboclos" desprovidos de terra. Eles também abrigam exploradores que, estabelecidos em áreas de contato de regiões de pecuária e de agricultura, associaram muito diversamente os sistemas de exploração do solo das duas sociedades rurais com as quais se confrontaram.

## II — MUDANÇAS DE CONTATO NOS CAMPOS COM CAPÕES E COM MATAS

Entre os colonos policultores e os grandes criadores existe, efetivamente, uma classe de pequenos explorantes que se dedica igualmente à agricultura e à pecuária. São eles, primeiramente, luso-brasileiros estabelecidos em terras de superfície muito variáveis (10 a 500 hectares). Conforme tenham eles permanecido mais ou menos criadores ou mais ou menos isolados, constituem atualmente sociedades rurais muito diversas. Todos, entretanto, possuem uma característica em comum: haver encontrado na agricultura um refúgio contra a pulverização imobiliária, que não lhes permite mais viver de sua única atividade tradicional — a pecuária extensiva. Mas encontram-se também colonos que, postos em contato com os criadores, puderam expandir sua pecuária tradicional a ponto de torná-la uma atividade comercial paralela a sua clássica policultura.

---

\* Ver o assunto na página 41 da tese: "Eleveurs e Agriculteurs du Rio Grande do Sul (Bresil) — Universidade de Paris I — These (pour le doctorates lettres) par Raymond Pèbayle — Agrégé de géographie, Attaché de Recherche au CNRS. — 1974.

## 1. OS "PLANTADORES" DAS SERRAS DO SUDESTE OCIDENTAL

"PLANTADORES" — é assim que se situam a si mesmos, no mundo rural rio-grandense, aqueles que, instalados no contato das florestas residuais do maciço cristalino meridional e das campinas da Fronteira, engendraram as curiosas paisagens agrárias que se encontram atualmente acima dos 70 metros de altitude nas Serras do Sudeste. Não se trata certamente de plantadores no sentido próprio da palavra; qualificando-se assim esses gaúchos pretendem antes diferenciar-se a um só tempo dos grandes criadores e dos colonos de origem estrangeira.

O estatuto jurídico dessas explorações é às vezes, tão indeciso como a origem social de seus habitantes. Entre esses conta-se bom número de descendentes de peões de estância instalados numa terra da qual não são senão os ocupantes sem título (os "posseiros") apenas tolerados pelos grandes proprietários criadores. Outros, menos felizardos, são meeiros que dão 30% de suas colheitas se recebem apenas a terra e 50% no caso do proprietário lhes ceder uma fazenda já cercada, uma parrelha de bois e uma casa. Há também os antigos "posteiros" instalados nos limites das grandes propriedades de pecuária. Alguns dentre eles puderam fazer valer, ao cabo de mais de dez anos de ocupação efetiva, seu direito de propriedade sobre uma terra da qual o proprietário não pagou os impostos imobiliários. Pode se encontrar, finalmente, camponeses negros que, embora descendentes de escravos, são proprietários das terras que cultivam. Explica-se nos então que eles são os filhos ou os netos dos "bons negros", isto é, dos servidores negros devotados cujos generosos senhores, quando da abolição, dotaram-nos de alguns pedaços de terra de mato sem interesse para a pecuária.

Apesar de ignorados tanto pelos geógrafos quanto pelos administradores, esses homens marcaram as paisagens das campinas florestadas meridionais. Nas grandes manchas de floresta subtropical primitiva fizeram inicialmente "roças". Nesses locais, sobre o regolito granítico, a erosão foi quase sempre responsável pelo fato de que uma parte dos solos se encontre, atualmente, recoberto por uma rala vegetação arbustiva.

Alhures, o alqueire de floresta marca a localização de antigos desmatamentos. Nas clareiras, a "roça" desaparece para dar lugar a campos de formas geométricas e de superfícies superiores: são as "lavouras", ou terras aradas. Para o camponês essas "lavouras" são precisamente campos que podem ser trabalhados com o arado de ferro, ao contrário das "roças" onde os tocos de árvores obrigam a utilizar a enxada ou o arado "pica-pau" colonial.

Entre esses campos o "plantador" distingue prontamente aqueles que, de topografia acidentada, não poderiam ser cultivados mais de três ou quatro anos sem provocar uma violenta erosão dos solos. Ele prefere as terras de campina, ditas "parrelhas", isto é, de superfície mais uniforme onde ele pode plantar de 6 a 12 anos seguidos sem pousio. Procura particularmente as "terras negras", antigos solos florestais de depressão, cuja fertilidade é muito superior àquela dos latossolos, chamados "terras vermelhas".

"Roças" ou "lavouras", as terras cultivadas apresentam quase todas as mesmas plantas. Exatamente como os colonos vizinhos, este camponês distingue prontamente as plantas nobres, como o feijão ou o trigo, que coloca no início do ciclo nas terras ainda férteis, das raízes pouco exigentes como a mandioca que terminam de esgotar os solos de cultura. Todavia, se ele adota sistemas de ro-

tação de terra análogos aos dos colonos, o “plantador” pratica relativamente pouco a associação de plantas ou o plantio de árvores novas.

Seu calendário agrícola é também menos desequilibrado e mais variado porque o trigo, o milho-miúdo— *longo-phaleris canariensis* — bem adaptado aos solos silicosos, o linho, a aveia, o azevem, ocupam os solos recentemente desmatados ou aqueles de campo durante o inverno.

Marca da antiga tradição, a pecuária bovina e ovina é também mais importante aqui do que nas colônias. Além do mais, esse pequeno camponês gaúcho utiliza sistematicamente os restolhos de suas culturas como pasto de seus animais e retira de seu rebanho, que pode contar várias dezenas de U.G.B., uma série de subprodutos que ele denomina os “frutos”: crinas, couros, chifres, peles, lãs, etc. Uma criação de porcos, o mais freqüente em liberdade, completa a gama dos produtos desses verdadeiros policultores que são os “plantadores” de origem luso-brasileira.

Para esses homens, os colonos vizinhos de origem estrangeira são um pouco feiticeros, porque obtêm rendimentos e benefícios superiores em terras similares às suas. Esta superioridade dos colonos se explica, de fato, pelos métodos de cultivo mais cuidados e sobretudo por uma pesquisa sistemática de plantas comerciais (fumo sobre vertentes e arroz nas depressões) que os pequenos camponeses “nacionais” dos campos com capões adotaram relativamente pouco, ainda.

A habitação rural desses gaúchos agricultores ilustra bem sua origem: de planta retangular, baixa e prolongada nos fundos por uma cozinha em alpendre, ela se parece, ao ponto de enganar, às construções açorianas dos campos de Porto Alegre ou de Viamão. As cercas que limitam os jardins ou os pequenos pomares são também freqüentemente sebes vivas, de “maricás” (*Mimosa sepíaria*) ou de ananás selvagem, às vezes plantadas sobre diques de terra.

Na Serra dos Vargas, ao norte de Santana da Boa Vista, nos foi dado conhecer algumas dessas famílias caboclas. Comparadas àquelas das colônias vizinhas, parecem, ao mesmo tempo, mais abertas e mais impregnadas de obscuras tradições quase medievais. Os jovens e os solteiros têm assim freqüentes contatos com o exterior. Migrações sazonais os conduzem, no início do verão, às estâncias de pecuária onde constituem as equipes de tosquiadores de carneiros. No fim do verão podem ser encontrados como ceifadores nos arrozais da Depressão Central ou dos terraços lagunares orientais.

As migrações temporárias também existem: as jovens se colocam, por exemplo, como empregadas domésticas junto às famílias citadinas de Cachoeira: às vezes a falta de emprego e as privações orientam-nas para casas infinitamente menos respeitáveis. Os rapazes buscam trabalho também nas planícies vizinhas, mas raramente conseguem abandonar a condição de operários temporários e itinerantes mal remunerados. Na cidade, fixam-se nas favelas ainda semi-rurais e fazem biscates.

Os velhos que permanecem na fazenda ou os casais ainda jovens que têm uma família muito numerosa para poder migrar, ficam prisioneiros de uma tradição na qual as virtudes das plantas medicinais disputam com as das parteras, as “curiosas”, que continuam a maltratar como nos tempos do Capitão Rodrigo. Os “curandeiros” exploram sem piedade esse pobre povo supersticioso. Testemunhou um seu representante que uma tenaz parasitose foi introduzida um dia num hotel de baixa categoria de Cachoeira, onde oficiava um charlatão que, utilizando maciçamente a rádio local para fazer uma exagerada publici-



dade, tinha atraído bom número de nativos. Passes mágicos, nomes de santos, fotografias comoventes... e eis o diagnóstico soberbo: “Deram Cr\$ 200,00 para lançar-te um azar; para anular o efeito desse azar é preciso que me dê Cr\$ 200,00 mais Cr\$ 5,00 pela consulta...”

## 2. OS “PEQUENOS GAÚCHOS” DOS CAMPOS COM CAPÕES DE SOLEDADE

O território do município de Soledade que oferece todos os estágios de transição entre a floresta das grandes vertentes meridionais do planalto basáltico e as campinas herbáceas das terras altas, é também um lugar de contato entre criadores e agricultores. Os relevos acidentados e o isolamento dessa região favorecem aí a sobrevivência de nichos nos quais se emaranham as tradições dos dois tipos rurais fundamentais do Rio Grande do Sul.

Dois exemplos ilustram muito bem as mudanças “in loco” de uma das sociedades de criadores mais conservadoras do sul colocada em presença de uma colônia, de origem principalmente italiana, que vive precariamente junto às terras inacessíveis ao alto das vertentes dos profundos vales da encosta.

O primeiro é tomado no sul do município, a meio caminho de Soledade (9.125 habitantes em 1970), cidade de campina, e de Barros Cassal, aglomeração de 1.267 habitantes situados à orla da floresta. Os velhos criadores lembram facilmente que as clareiras atuais resultam de desmatamentos seguidos de cultivos, já antigos. Algumas casas rurais construídas nas depressões úmidas, na proximidade dos córregos, numa época em que se desconhecia o uso da bomba hidráulica, atestam aliás a antiguidade do povoamento. A fazenda estudada possui 462 hectares, dos quais 120 são de mato e 30 de culturas. Da mata retira-se lenha, estacas de cerca e alguns fardos de ramos de “*Ilex paraguayensis*”. Os 312 hectares de campina abrigam umas 120 cabeças de bovinos repartidas por sexo entre duas “invernadas”. Aqui, o “dono” pretende ser simultaneamente agricultor e criador. De fato, ele é principalmente um criador, muito tradicional no caso, porque seus sistemas de pecuária se aproximam dos “criadores” das terras altas de Vacaria. Como esses, ele possui um rebanho de animais “crioulos” ou charoleses cruzados com zebus. As instalações da fazenda mostram aliás uma nítida separação entre, de um lado, os cercados para animais, o banheiro carrapaticida e as pastagens (os “piquetes”) e, de outro lado, os prédios mais especialmente consagrados à agricultura. Esses formam um conjunto onde se identifica facilmente a clássica fazenda colonial fumageira. Entre as plantas cultivadas, o fumo ocupa efetivamente o essencial do trabalho, não do chefe da exploração ou de sua família, mas dos arrendatários caboclos que adotaram, em todos os aspectos, os sistemas de produção em vigor nas colônias vizinhas. Uma parte da colheita de fumo é tratada num secador construído segundo as normas recomendadas por uma companhia industrial de Vera Cruz. Uma outra parte é destinada à fabricação doméstica do fumo “em corda”. É também como rendimento indireto que são exploradas as terras destinadas às culturas de subsistência.

Em suma, nessa exploração que se pode considerar média por sua extensão, justapõem-se e não associou-se à agricultura colonial e a pecuária luso-brasileira. As culturas, feitas em terras de floresta, não estão a serviço da pecuária. Esta, por sua parte, não contribui com nada de novo às práticas culturais tradicionais



dos colonos. Por que, por exemplo não se utiliza o estrume para adubar os campos? Porque, responderam-nos, seria necessário pagar um homem para transportá-lo e espalhá-lo nos campos afastados. Detalhe interessante: a casa de moradia, na qual o proprietário permaneceu antes de escolher a pequena cidade de Barros Cassal como lugar de residência, é do mais belo estilo colonial italiano.

Segundo exemplo: uma exploração de uma centena de hectares situada à margem esquerda do arroio Despraiado, afluente do curso superior do Jacuí, ao norte de Soledade. Cerca de dois terços da superfície são ainda consagrados à criação em pastagens naturais. Entre essas, as mais próximas do arroio são reservadas à engorda de alguns animais de 4 a 5 anos que fazem parte de um rebanho de uma trintena de cabeças. Vende-se animais gordos aos açougueiros da colônia vizinha e em Soledade. As culturas são praticadas exclusivamente nos "capões" e são inteiramente comparáveis àquelas da colônia. Mas, novidade não negligenciável, o proprietário, com 46 anos de idade, declara haver abandonado há seis anos os trabalhos dos campos que confia atualmente a dois arrendatários. Antes dessa aposentadoria agrícola, que estima bem merecida, teve ele mesmo de trabalhar suas terras, porque não possuía suficientes terras de campo para sustentar, unicamente com a pecuária, uma descendência relativamente numerosa que o auxiliava pouco. Mas desde que aquela atingiu idade para prover suas necessidades, acreditou ele poder abandonar uma atividade que diz conhecer bem, é verdade, mas que considera também muito esgotante. Atualmente existem mais caboclos paupérrimos que não têm oportunidade de possuir terras. Pequeno criador dos confins do campo, vive ele numa atmosfera comunitária a qual desconhecem os grandes pecuaristas. As culturas bastam à sua subsistência e permitem algumas vendas. Se há necessidade poderá ele apelar a seus vizinhos para a limpeza de uma pastagem invadida pelas espécies pioneiras da floresta ou para abater parte dela. Quanto à carne, ele a recebe sob a forma de "presente" quando um vizinho abate um animal, que reparte entre os diversos membros da comunidade. Quando chegar a sua vez ele saberá mostrar-se também generoso.

Esses hábitos comunitários evocam a velha sociedade rural brasileira. De fato, as explorações dessas transições entre a floresta e os campos de Soledade permanecem ainda bem gaúchas e se chegam a adotar formas "coloniais" de utilização do solo é somente quando são forçadas por uma evolução fiscal e predial que não lhes permite mais viver de uma tranqüila tradição de pecuária.

### 3. OS CRIADORES — AGRICULTORES DO VALE SUPERIOR DO CAÍ

Mas se ocorresse um contato entre criadores isolados e menos orgulhosos do que aqueles de Soledade, e num mundo colonial mais próspero, haveria o encontro, talvez a simbiose, entre as duas sociedades rurais.

É o caso da região compreendida entre o topo da coxilha de São Francisco de Paula e o limite nordeste das velhas colônias. O território atravessado pelos vales do alto Caí e dos afluentes de sua margem direita (arroyos Piaí e Juá, em particular) constitui o que se denomina localmente como "fundos da serra", isto é, os "confins de la montagne"(\*) São, com efeito, confins biogeográficos, no sentido mais amplo do termo, o que se encontra aqui. Porque essa franja de campina com mata é habitada por uma das populações mais miscigenadas do Rio Grande do Sul. Estamos aqui num lugar de encontro entre os caboclos "sem terra", os pecuaristas gaúchos e os colonos de origem italiana principalmente.

(\*) Sic

Enquanto que os primeiros se refugiaram em certos fundos de vale muito isolados, os segundos que foram por muito tempo os únicos proprietários das clareiras de campina tiveram que admitir a penetração de colonos vindos das florestas meridionais. Desse encontro surgiu muito simplesmente uma sociedade de criadores-agricultores.

Esses que denominamos atualmente os "fazendeiros", são, nessa região, explotantes que possuem de 50 a 500 hectares e cujos nomes lembram origens étnicas diversas. As compras de terra por colonos do município de Caxias, em particular, foram aí tanto mais numerosas quanto mais áreas de topografia acidentada na propriedade dos criadores tradicionais foram destinadas aos pequenos lotes; outros não souberam resistir às partilhas de herança e tiveram que desfazer-se de explorações cuja superfície não permitia mais viver apenas da atividade da pecuária extensiva. Alguns, enfim, mesclavam-se através do casamento com a sociedade colonial italiana. Com os descendentes de italianos, pois, os contatos, foram realizados muito rapidamente. O obstáculo da língua foi aí menos importante. O das mentalidades, quase desprezível. Restava o mais importante: as tradições culturais. Ora, depois de vários decênios, a fusão foi realizada nesse domínio igualmente.

Aparentemente é ainda a pecuária que continua como a atividade fundamental dessas fazendas dos campos com capões. O fazendeiro tradicional permanece naturalmente, muito fixado a ela. Quanto ao descendente de colono, a adoção dos sistemas de criação dos gaúchos não foi para ele somente uma inovação técnica. Foi também uma promoção social, pois calçando as botas do pecuarista, o homem das florestas conseguiu acesso à sociedade tradicional. Os métodos de criação que ele adotou são também fundamentalmente aqueles dos pecuaristas dos campos com capões de Vacaria: como esses ele divide pouco as campinas que queima durante o inverno. Aprendeu também a dosar a carga segundo as estações e os caprichos climáticos. Além disso, mais camponês, ele procura evitar as hecatombes de invernos excepcionalmente rigorosos associando uma agricultura, que ele mesmo pratica, à pecuária tradicional. Os resultados foram tão óbvios que desde então todos os fazendeiros da região consagram uma parte de suas colheitas ao rebanho. No inverno, seus campos de centeio, de aveia e de azevem (*Lolium multiflorum*) cuidadosamente adubados pelo esterco animal recolhido nos cercados ou no galpão, servem de pasto ao gado emagrecido. Os bovinos doentes e as vacas leiteiras são recolhidos ao galpão ou ao estábulo e recebem rações de feno, de milho, de mandioca ralada, etc. As culturas são quase sempre praticadas nas terras das depressões, as mais pesadas mas também as mais férteis. O fazendeiro as drena grosseiramente antes de trabalhá-las com o arado de ferro. Enfim, esses campos que aqui são cercados, oferecem sistematicamente feno ao rebanho durante o inverno.

Uma outra originalidade, entretanto, afasta definitivamente esse explotante do criador da campanha: seu interesse pelos restolhos e as capoeiras das "roças" da colônia vizinha. Pois ele não ignora que os vales coloniais são mais verdejantes e quentes do que as campinas elevadas, durante o inverno. Sabe igualmente que as folhas da "capoeira" podem fornecer um excelente complemento alimentar capaz de evitar o emagrecimento hibernal dos bovinos. Finalmente ele também experimentou com sucesso cultivos de forragens permanentes, como a "missioneira" (*Axonopus compressus*). Também, fato único no Rio Grande do Sul, os pequenos fazendeiros das campinas com mata dos municípios de Caxias do

Sul e de São Francisco de Paula se interessam vivamente pelas terras de colônia que compram sempre que têm possibilidade. Entretanto, parecem não haver surgido, ainda, contratos de aluguel de terras em que se fizeram colheitas recentes, ou de capoeiras, entre agricultores e criadores.

Nesta região, portanto, uma nova sociedade rural nasceu do encontro entre elementos da vigorosa colônia vizinha e dos pequenos criadores locais. Nas paisagens isso não se destaca somente pela freqüência dos campos e roças cercadas. O habitat também traz a marca deste encontro: a casa de estilo italiano é quase generalizada enquanto que o galpão tradicional foi modificado a fim de permitir a armazenagem de uma grande reserva de feno.

Enfim, não há mais aqui nem colono, nem caboclos ou "pelo-duros". A prova: os casamentos mistos aí são muito numerosos. Para os distritos de Electra, de Lajeado Grande, de Juá e de Vila Oliva, por exemplo, um escrutínio dos registros do Estado Civil nos mostrou que em 1968 e 1969, 25,6% dos casamentos tinham unido descendentes de colonos (italianos na sua maioria: 16,2%) e luso-brasileiros. Este encontro é aliás relativamente antigo pois, para os anos de 1960 e 1961, se contou já 15% de casamentos mistos dos (quais 11,2% com italianos).

Meio biogeográfico de transição, os campos com capões têm pois permitido diversas formas de encontros espontâneos entre os criadores e os agricultores tradicionais. É certo que estes encontros não suscitaram mudanças verdadeiramente radicais nos sistemas de exploração do solo, já que os binômios floresta-roça e campo-pastagens aí guardam ainda uma singular importância.

Mas, na medida que os criadores e agricultores consentiram em adotar novas atividades rurais que por tradição ignoravam, uns e outros começaram verdadeiras mudanças. Os criadores estão indo menos longe que os agricultores na inovação porque para eles, a agricultura, mais freqüentemente indireta, nas terras de florestas que lhes pertenciam foi unicamente uma solução de emergência que lhes permitiu continuar, às vezes aperfeiçoando, numa atividade tradicional.

Em compensação, a instalação dos colonos agricultores nas bordas de florestas revelam um duplo dinamismo funcional em primeiro lugar, já que estes camponeses aí praticam uma cultura extensiva que devem aprender localmente; espacial, em seguida, porque devem migrar de suas colônias originais através das terras que pertenceram aos criadores.

Esta é pois, da parte desta sociedade camponesa que permaneceu tão longo tempo isolada, uma forma de expansão territorial da qual se reconhece muitos outros exemplos nos domínios que são por excelência, aqueles dos criadores gaúchos: os campos.

### **III — A EXPANSÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS NOS LIMITES DO CAMPO**

Quando o campo com capão não constitui mais que uma franja muito estreita entre a floresta subtropical e o campo e cessa, por conseguinte, de representar o papel de um limiar ecológico onde os sistemas de uso do solo podem se interpenetrar com uma relativa facilidade, os contatos entre criadores e agricultores tomam formas muito mais contrastantes.

É necessário então descer a um nível de análise muito detalhado da morfologia agrária para descobrir que a idéia que habitualmente se admite, segundo a qual as duas sociedades rurais coexistem sem se encontrar é, em grande parte, falsa. Com efeito, quase em toda a parte, assiste-se a uma expansão dos colonos nas terras dos criadores, resultado de um forte gradiente demográfico entre as colônias relativamente super-populosas e o quase vazio humano das regiões de pecuária.

Segundo a dinâmica dos dois espaços confrontados, a frente de tensão que os separa, foi rompida de forma muito desigual.

### 1. Uma expansão moderada na periferia das colônias-ilhadas do Oeste.

Quando os contatos se fazem entre colônias pobres e as regiões de criação tradicionais a expansão dos agricultores nas bordas do campo tem sido em geral pouco expressiva. Tal situação acha-se estabelecida no Oeste, nas orlas do apêndice florestal que viu a instalação, no fim do século passado, das colônias dos atuais municípios de São Pedro do Sul, de Jaguari, de São Francisco de Assis e de Santiago. Os limites administrativos, no interior dos quais se fazem os recenseamentos estatísticos, não levando em conta os meios naturais, impedem, infelizmente, o conhecimento da evolução natural das regiões propriamente coloniais do Oeste rio-grandense.

Municípios	Extensão média das explorações (em hectares).	Porcentagem dos explotantes estabelecidos a menos de 20 hectares.	Porcentagem das superfícies cultivadas correspondentes às explorações a menos de 20 hectares.
São Pedro do Sul	59,2	29,6	5,8
Jaguari	38,3	44,3	11,8
São Francisco de Assis	162,2	30,6	1,9
Santiago	181,3	23	1,6

As pequenas explorações agrícolas do Oeste Rio-Grandense em 1960 (Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, 1960).

Pode-se observar, contudo, a importância relativa das explorações com menos de 20 hectares, exatamente aquelas pertencentes à maioria dos colonos, e, por outro lado, as áreas relativamente pequenas (1,6% a 11,8%) por elas ocupadas.

Vimos que estas colônias têm continuado no isolamento. Ao inverso das do Alto Uruguai, elas também ficaram muito tempo fiéis a uma policultura quase exclusivamente de subsistência. Até que por volta de 1965 só as lentilhas e o arroz cultivados no fundo dos vales deram lugar a algumas vendas ao exterior. A soja introduzida unicamente há alguns anos, sobretudo pelas firmas comerciais, tem felizmente melhorado os níveis de vida locais. Sua cultura chegou no momento oportuno para reter uma população jovem, mas pobre, que se via praticamente excluída de uma emigração dirigida às terras novas de Santa Catarina



e Paraná. Aqui também, a fuga para horizontes menos hostis do que as terras acidentadas e extenuadas das colônias, foi a solução adotada pelos pequenos proprietários agrícolas, despreparados para contornar a falta local de terras. Uma novidade, contudo, ocorreu neste domínio: para essas “colônias-ilhadas” onde os contatos com o campo sempre foram mais freqüentes que em outros lugares, a procura de terras novas não se limitou só àquelas de florestas afastadas, pois muito cedo os colonos também avançaram sobre as terras dos campos vizinhos.

Pequenas áreas de campos cercados (1 a 2 hectares) ilustram hoje esta expansão que há mais de quarenta anos é feita próximo à orla da floresta.

Sua localização obedece a elementares considerações de ordem edáfica ou bio-geográfica. Ao Sul, os solos dos vales do Ibicuí e de seus afluentes (Jaguari, Ibicuí-Mirim) são ocupados pelos arrozais irrigados onde os colonos, estabelecidos como granjeiros itinerantes, nas terras dos criadores, se consagram exclusivamente à rizicultura.

Nestas condições, eles raramente têm transferido seu habitat para a planície preferindo conservar sua casa da colônia ou se instalar nos numerosos lugarejos ou povoados que marcam os contatos entre as colinas de piemontes areníticos e as “várzeas” úmidas dos vales fluviais. Ao norte, na terra seca das “coxilhas”, a mudança é mais freqüente. O colono aí tornou-se proprietário de uma pequena fazenda — uma fazendola — como são chamados os estabelecimentos de agricultura e de pecuária dos campos com capões de Caxias. Seus sistemas e seus tipos de cultura são os mesmos que os da colônia.

Os italianos praticam uma rotação fundamental entre a associação estival milho-soja e o trigo de inverno no quadro de um sistema de policultura típica.

Os alemães permaneceram também policultores, mas dão uma certa preferência ao fumo em corda e à batata inglesa.

Nestas terras não adubadas e aradas os ciclos culturais são curtos, dois ou três anos de cultura para quatro ou cinco anos de alqueive. Estes são pastagens para o pequeno rebanho bovino que é aliás mais justaposto que associado à agricultura. Sua presença explica porque o proprietário colonial da campina acrescentou um curral de bois às instalações da fazenda que permaneceram clássicas. Apesar de ter adotado no seu conjunto os sistemas de pecuária, a carreta e as vestimentas tradicionais dos gaúchos, estes proprietários continuaram fundamentalmente agricultores e somente transferiram para terras de campo os sistemas de cultivo tradicionais. Em suma, sua originalidade dependeu da rapidez com que abandonaram o mito das terras florestais tão fortemente arraigado, ainda, nas comunidades camponesas isoladas das grandes florestas do Alto Uruguai e das velhas colônias.

## **2. A Colônia que se instala no Campo.**

Quando uma comunidade camponesa em declínio mas resolvida a não perecer, constata uma possibilidade de expansão fácil nas terras de campo que ela conheceu, pode optar decididamente pelas novas terras e aí se instalar rapidamente.

O distrito de Ivorá, situado no município de Júlio de Castilhos e povoado por colonos de origem italiana, ilustra bem esta situação. A vila mesmo, com 444 habitantes em 1970, ocupa uma depressão no arenito que lembra a de certas

graciosas aglomerações dos Vosges areníticos. Mas as manifestações de bem-estar que ainda aí se podem notar pertencem mais ao passado que à atualidade: suas velhas casas de arenito e de tijolo e sua imponente igreja, tendo ao lado uma escola religiosa, contrastam com as ruas não pavimentadas e o pouco de vida que anima seu antigo artesanato. Em torno, as clareiras, outrora cultivadas, foram transformadas em pastagens ou abandonadas ao alqueive florestal. Os campos de milho situam-se em declives incrivelmente abruptos, de mais de 40° algumas vezes. Segundo um velho dito gaúcho, aqui se é obrigado "semear com atiradeira e colher com laço". \* Para mondar uma roça o colono vai até o limite de suas forças...

Este último caso, por extremo que seja, não ilustra menos a dureza das condições de trabalho experimentada pela maior parte dos colonos deste distrito, onde o esgotamento dos solos é tal que dois anos de cultivo devem ser seguidos de 5 a 6 anos de alqueive. Por isso os colonos têm procurado abandonar estas terras. Entre 1950 e 1960, a população do distrito diminuiu de 10%. Enquanto os velhos ficaram, os jovens dirigiram-se às florestas do Paraná ou precisamente, para as clareiras de campo na mata situadas a uma dezena de quilômetros mais ao norte, ao longo da estrada que liga Ivorá a Júlio de Castilhos.

Neste último setor, conhecido como "Colônia Nova", a instalação dos agricultores partiu da iniciativa de um fazendeiro absenteísta que, por volta de 1960, vendeu suas terras sob a forma de lotes de 20 a 30 hectares pagáveis em vários anos. Graças a estas condições de crédito, os lotes encontraram rapidamente compradores. Os sistemas de cultura atuais revelam alguns traços fundamentais desta instalação. Os novos agricultores do campo adotaram primeiro o trigo, menos por seus rendimentos que são muito irregulares, que pelas facilidades de crédito que beneficia esta cultura. Mas, entre as culturas de verão, se nota sempre, ao lado da tradicional associação milho-soja, a existência de plantas de altos rendimentos financeiros que podem ser, conforme as terras, o arroz ou a batata inglesa. O primeiro é irrigado pela gravidade graças a pequenas barragens temporárias, interceptando os curso dos riachos, conforme o procedimento conhecido como "l'eau volée". \* Dá rendimentos bastante razoáveis e sobretudo regulares, de 120 a 150 sacos por quadra (6.000 a 7.500 kg por 1,7 hectares). O arroz é entretanto muito menos difundido que a batata inglesa, que se cultiva em terras de colônia e que pode dar duas colheitas por ano, em dezembro e em maio. Segundo os esclarecimentos recolhidos sobre as terras, 2,8 hectares cultivados com batata inglesa e produzindo duas colheitas com um total de 1.072 sacos produziu, em 1965, um lucro mínimo de NCr\$ 2.186,00 ou 4.468 francos. \*\*

Paralelamente a esta busca de uma alta produtividade, estes colonos adotaram os fertilizantes químicos e as rotações de cultura que eliminam parcialmente os prolongados alqueives. Eis um exemplo de rotação adotado por um colono instalado em terra de campo desde 1963 e proprietário de um trator desde o início de 1965:

---

\* No original "Semer au lance - pierre et recolter au lasso!"

\* Expressão sem correspondente em português Literalmente "água roubada"

\*\* Trata-se de um lucro mínimo, porque se subtraiu da venda bruta a amortização do material (um trator, um arado de três discos e uma grade de 36 discos) e a remuneração do capital da exploração nesse caso a propriedade conta atualmente 23 hectares SAU.

- 1963 — Verão: Uma cultura de batata inglesa  
Inverno: Alqueive
- 1963 — 64: Verão: Batata inglesa e milho associados  
Inverno: Trigo
- 1964 — 65: Verão: Soja  
Inverno: Alqueive
- 1965 — 66: Verão: Duas culturas de batata inglesa  
Inverno: Trigo.

Este exemplo mostra nitidamente que com a mecanização desaparecem rapidamente as associações de cultura, o que permite uma valorização mais intensiva das terras.

De sua parte, o habitat atual ilustra bem as diversas fases da implantação destes camponeses. O galpão único, construído de madeira e dividido em duas partes — colheitas e sementes de um lado, ferramentas e algumas pequenas camas de outro — marca a fase pioneira da instalação. Nesta etapa as relações com Ivorá não estão cortadas. Os camponeses menos favorecidos lá ainda conservam algumas terras. Em oposição, a confortável casa de tijolos à vista, construída perto da estrada, marca o êxito e a instalação definitiva nas novas terras. Esta casa, orgulho do novo proprietário, não é ainda entretanto, uma verdadeira sede, mas, antes, a habitação de uma família camponesa que procura a proximidade da estrada e suas comodidades. Faltam ainda os edifícios de exploração que permaneceram isolados e construídos em madeira.

Encontra-se, algumas vezes, uma casa de madeira que serviu de habitação inicial. Mas, entre o galpão do tipo pioneiro e a casa confortável do agricultor do campo, a fazenda do tipo colonial localizada perto d'água e flanqueada por pequenos edifícios construídos de uma maneira anárquica, mostra que muitos dos antigos colonos ficaram com dívidas das fases iniciais que julgaram prudente reembolsar antes de abandonar definitivamente a colônia. Os inquéritos revelam que, por progressiva que seja, a instalação no campo, é sempre um pouco arriscada: "Eu sou dado a aventuras" sublinham muito destes camponeses quando evocam esta fase pioneira durante a qual, após ter vendido as terras coloniais e feito a demarcação da nova terra, seu futuro imediato dependia de boas colheitas. O papel das mulheres parece ter sido decisivo no momento da escolha, pois a perspectiva de romper com o isolamento do lote colonial era uma ocasião de resolver os problemas médicos e escolares aos quais as mães de família são naturalmente muito sensíveis.

### **3. Avanço agrícola na "montanha" de Canguçu**

A expansão dos agricultores nas terras de campo pode também se produzir quando uma colônia relativamente rica vê-se confrontada com uma região de pecuária tradicional atormentada por sérias dificuldades econômicas. Um bom exemplo desta evolução nos é dado pelas colônias das Serras do Sudeste meridionais que se contam entre as mais prósperas do Rio Grande do Sul.

Estão elas situadas sobre as lombadas cristalinas que prolongam a dorsal de Canguçu para o nordeste (Serra do Fogo do município de Canguçu) e a este

(Serra do Boqueirão — Município de São Lourenço — e distritos de Morro Redondo e do Quilombo do Município de Pelotas). Estas colônias foram instaladas pela iniciativa do governo do Rio Grande do Sul ou das municipalidades locais em uma região que se caracteriza mais pelos campos com capões do que pela floresta subtropical. Localizada entre 70 e 350 metros de altitude elas se beneficiam de um clima regional de variedade oceânica particularmente favorável às culturas delicadas. A dinâmica aglomeração de Pelotas (150.000 habitantes em 1970) tem, por sua vez, insuflado uma mentalidade inovadora aos pequenos agricultores da “montanha” com isso favorecendo a instalação de mais de 200 estabelecimentos industriais e comerciais que absorvem as produções de legumes e frutas das colônias vizinhas. Ainda que em 1960 o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas mostrasse que a maioria dos pequenos estabelecimentos agrícolas de um destes distritos coloniais (o de Quilombo) estariam então deficitários do ponto de vista econômico, não pode ficar senão surpreso pela variedade das culturas comerciais desta colônia. As colheitas de batata inglesa, de ervilha, de cebola, de pêssegos e de frutas diversas representam, com efeito, perto de 40% da produção bruta. Particularmente bem adaptadas às estruturas agrárias locais, onde dominam largamente as explorações de menos de 20 hectares, estas produções absorvem perto de 35% da força de trabalho disponível, mas ocupam apenas 8,6% da superfície dos estabelecimentos que podem, desta maneira, continuar com sua policultura tradicional ao lado das culturas comerciais. Estas, inegavelmente, têm engendrado um bem-estar inusitado que se revela tanto no habitat onde as casas de madeira freqüentemente dão lugar a graciosas moradias que lançam um ar de estabilidade inusitada no quadro geral das colônias rio-grandenses.

Entretanto, houve migrações destas colônias em direção às terras novas do Paraná para fazer face a uma relativa pulverização das propriedades rurais locais. Mas em 1965 já, os casos de migração para fora do Rio Grande do Sul eram raros. Em compensação assistiu-se depois de quinze anos a uma expansão das colônias agrícolas em direção aos campos do município de Canguçu, à oeste do riacho das Pedras, afluente do rio Camaquã. Tal expansão é feita pelos agricultores mais abastados que compram as terras dos criadores vizinhos. Entre estes, em Canguçu, 77 apenas tiveram explorações de mais de 1.000 hectares em 1960; em valor relativo, eles representam 0,9% dos explotantes e possuíam mais de 1,7% da área do município. Os sistemas de criação em vigor nestas explorações são similares aos da Fronteira, mas os grandes criadores podem também engordar, no verão, uma parte do gado que lhes vendem os pequenos explotantes estabelecidos em lotes de 50 a 500 hectares, e que eram em número de 856 em 1960. Estes criadores tradicionais contrariamente a seus homólogos do planalto de Vacaria, não têm sabido complementar os magros recursos provenientes da venda de seu gado novo, valendo-se sistematicamente da agricultura. Ora, sabe-se, que, aquém do limiar de 500 hectares, uma fazenda tradicional periclita. É pois, desta categoria de explotantes que saem os criadores que vendem suas terras e se estabelecem em seguida na cidade onde se dedicam ao pequeno comércio.

Estabelecidos no campo, os antigos colonos modificam seus sistemas de cultura. O arroz torna-se uma planta fundamental, mas não está mais associado à mandioca. Associa-se-lhe, de preferência, culturas rasteiras de alta produtividade (feijões, melões, melancia, cebolas, pepinos) que não necessitam ser



irrigados. A batata inglesa é cultivada em solos separados e corrigidos. Ela dá duas colheitas por ano e permite, aqui também, as mais importantes entradas anuais de dinheiro. Enfim, marca do ambiente pecuarista o ex-colono, não limita mais seu rebanho bovino unicamente ao consumo familiar. Graças às culturas invernais de aveia, azevem, mantém uma dezena de vacas leiteiras cujo leite é entregue à cooperativa de Pelotas. Os agricultores idosos instalados há muito tempo no campo tendem a restringir suas atividades a esta criação à qual associam animais para corte. Neste caso, entretanto, a agricultura subsiste pois a terra é alugada e confiada a algum peão de origem luso-brasileira.

Neste estágio pois, as tradições rio-grandenses são totalmente invertidas.

#### **IV — AS CIDADES DO CAMPO: AGENTES DA ACULTURAÇÃO E DAS MUDANÇAS RURAIS**

No exemplo anterior, a cidade de Pelotas, núcleo industrial e comerciante, surge como animadora das colônias rurais do interior do município a ponto de favorecer sua expansão fora das áreas florestais de origem. Mas as cidades da campanha em geral podem suscitar igualmente formas de confrontos diretos entre os criadores absenteístas que nelas vivem e os descendentes dos colonos que lá se instalam. Com relação a isto, Jean Roche mostrou bem a importância fundamental dos colonos alemães na indústria e comércio da área metropolitana de Porto Alegre. Fora da capital gaúcha, cujo setor secundário contava já bom número de descendentes de colonos alemães no curso do último quartel do século XIX, as cidades do campo, rio-grandense mais tardiamente (por volta de 1920 mais ou menos) atraíram os descendentes de colonos.

Negligenciar esta forma de confronto entre os representantes das duas sociedades rurais do Rio Grande do Sul seria tornar a ignorar os fatos, simultaneamente sociológicos e geográficos, fundamentais para o nosso propósito. Visto que a cidade é indubitavelmente um cadinho de aculturação onde os colonos e os criadores aprendem a se conhecer e a cooperar. O fato étnico marcante ainda no interior da campanha torna-se menos nítido nas aglomerações urbanas a ponto de que um questionário que se dá com o fim de discriminar os habitantes segundo suas nacionalidades de origem, surpreende freqüentemente, e, às vezes, vexa. É também da cidade que sai a maior parte das idéias transformadoras dos meios rurais vizinhos. Elas são freqüentemente introduzidas precisamente pelos novos cidadãos que ainda mantem algum contato com seu meio de origem ou que, enriquecidos na indústria e no comércio, investem uma parte de seus capitais nos campos.

No caso rio-grandense estes retornos à terra são freqüentes.

Como as estatísticas demográficas não levam mais em conta a origem étnica dos habitantes desde 1920, é naturalmente difícil conhecer a importância numérica dos cidadãos de origem colonial nas cidades da campanha. Quase não se pode aquilatar seu papel nos setores secundário e terciário destas aglomerações consultando as listas nominais do recenseamento industrial de 1965\*, e, de algumas câmaras de comércio locais. Examinando as proporções dos descenden-

\* Cadastro industrial 1965 — Rio Grande do Sul, Fundação IBGE Instituto Brasileiro de Estatística, Rio de Janeiro, fevereiro de 1968. As porcentagens que calculamos podem ser consideradas como valores mínimos no que concerne à freqüência dos ex-colonos na indústria das cidades estudadas. Com efeito, a fim de evitar grosseiros erros, temos sistematicamente colocado sob a

tes de colonos entre os proprietários de estabelecimentos qualificados como industriais pelo Serviço de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verifica-se que mais ou menos a metade (50,5%) destes estabelecimentos (2.422 sobre um total de 4.791) pertencem a descendentes dos imigrantes do século XIX e do século XX. Aos italianos e alemães aplicam-se as percentagens respectivas de 24 e 20,7%. As outras nacionalidades (sobretudo Polônês e Sírio-Libanês) e os descendentes de colonos associados pelo casamento aos luso-brasileiros são, percentualmente quase desprezíveis. Indo ao detalhe, cidades do planalto limitadas ao norte e ao sul pelas mais importantes regiões coloniais do Rio Grande do Sul, contam 65,8% de nomes estrangeiros entre os titulares de firmas industriais. Somente a italianos pertencem 38,5% destes estabelecimentos, contra 20,5% pertencente a alemães. A importância relativa dos primeiros se explica certamente por sua localização geográfica inicial que facilitou seus contatos com os criadores das terras altas rio-grandense. Pela mesma razão as cidades da Depressão Central e do Litoral, onde a metade dos estabelecimentos industriais pertence aos descendentes de colonos, têm atraído das colônias vizinhas mais a alemães (27,7%) do que a italianos (17,7%) A Fronteira, enfim, região tradicional da pecuária gaúcha, mais afastada dos núcleos coloniais, abriga relativamente poucos descendentes de colonos (27,7%). Entre estes, todavia, não se deixa de notar que os italianos, mais inclinados a mudanças do que os alemães, constituem a maioria (16,6% das indústrias locais nesta região).

As mesmas tendências se observam no comércio. A seguir três exemplos para o planalto rio-grandense em 1.966.

Municípios	Luso-brasileiros	Italianos	Alemães	Mistos	Diversos
Júlio de Castilhos	41,9%	44%	4,3%	3,2%	6,6%
Cruz Alta	38,2%	32,7%	20%	2,7%	6,3%
Palmeira das Missões	34,8%	31,1%	20,3%	4,5%	1,6%

Em regra geral, entretanto, as maiores empresas industriais e comerciais das cidades da campanha (à exceção de Porto Alegre) pertencem principalmente a luso-brasileiros ou ao menos a sociedades anônimas onde estes são maioria. As indústrias de processamento de carne, por outro lado, pertencem, como já se viu, a grandes firmas estrangeiras ou a cooperativas. Em compensação, aos ex-colonos pertence a maioria dos pequenos e médios estabelecimentos que se entregam à transformação e ao comércio dos produtos da agricultura. Os descendentes de italianos, enfim, tendem a exercer uma verdadeira especialidade no corte e tratamento da madeira.

Os descendentes de colonos estabelecidos nas cidades da campanha evoluem rapidamente. Sua desconfiança com relação ao meio luso-brasileiro desaparece a ponto de os casamentos mistos tornarem-se numerosos. Em Vacaria, por exemplo, 29% dos casamentos uniram em 1970, cidadãos de

---

denominação "diversos" todos os nomes que não permitem estabelecer, com certa exatidão as origens étnicas. Temos, aliás incluído na denominação luso-brasileira as sociedades anônimas, as sociedades de responsabilidade limitada, e de uma maneira geral, todas as empresas que não levam o nome dos responsáveis. Ora, é evidente que entre estes estabelecimentos um certo número, pouco significativo é verdade, pertence aos descendentes dos colonos.

origem estrangeira (italianos sobretudo) com descendentes das velhas famílias locais. A aproximação é aliás relativamente antiga uma vez que, em 1.950 já se computava 20% de uniões deste tipo. Postos em contato com a vida urbana tradicional, os filhos dos colonos policultores continuam, entretanto, fiéis à convicção ancestral, segundo a qual a verdadeira riqueza não seria senão a dos bens de raiz. Mas raros são aqueles que retornam às terras florestais das colônias. Porque ainda que estejam desaparecendo os velhos mitos da inesgotável fertilidade das terras de florestas, estes novos cidadãos aprendem rapidamente que, no campo, a verdadeira promoção social reside na posse de uma fazenda de pecuária. Também, logo que chegam a um nível de relativo bem-estar, os homens procuram comprar terras. Os registros municipais que versam sobre as transações imobiliárias mostram a este respeito, que os descendentes de colonos estão freqüentemente presentes nos atos de venda envolvendo terras de campo. Em 1.965, não se constatou sobre esta particularidade, mais do que 45% de casos em Júlio de Castilhos. Em 1.966, os nomes estrangeiros reaparecem em mais da metade das transações imobiliárias de Passo Fundo.\*

Para os quatro distritos de campo do município de Vacaria, pudemos estabelecer, para 1.970, que 15,5% e 14,9% dos 1.332 proprietários de terras eram respectivamente descendentes de italianos ou de famílias de colonos unidos por casamento aos luso-brasileiros.

Quanto às áreas de campo adquiridas por estes descendentes de colonos é notável que elas se incluam, para uma minoria somente, na categoria dos grandes estabelecimentos tradicionais. Assim sendo, em Vacaria, município onde os descendentes de italianos são numerosos, somente 12,1% deles possuem terras com superfície acima de 500 hectares. Isto quer dizer que até 1.970, pelo menos, poucos cidadãos de origem colonial haviam tido acesso à grande propriedade rural. Ao contrário, a maioria deve se contentar com modestas "chácaras" de alguns hectares ou dezenas de hectares. Ora, aqui como na Campanha, estes pequenos estabelecimentos são antes casas de campo que verdadeiras fazendas de criação.

Finalmente, só os descendentes de colonos enriquecidos no comércio ou os que através do casamento entraram na aristocracia dos proprietários tradicionais, conseguem possuir sua fazenda. Sem a tradição de pecuária eles inovam geralmente muito pouco. Quando muito pode-se notar que atribuem geralmente um lugar mais importante à agricultura comercial de produtos alimentares e às forragens. Não é impossível que a influência deste último ponto de vista tenha sido decisiva na adoção recente de novas técnicas, como a fenação, pelos fazendeiros tradicionais do planalto. Evidencia-se também com as entrevistas, que estes novos fazendeiros têm maior inclinação ao comércio do que seus vizinhos luso-brasileiros. Procuram, em particular, vender o máximo de gado durante o inverno, isto é numa época em que o valor do gado é mais elevado. Mas, em quase todos os casos, estes criadores continuam a viver na cidade e confiam a gerentes e a "peões" luso-brasileiros o cuidado de vigiar o gado.

---

\* Estes dados são extraídos das "transmissões intervivos", declarações que levam não somente nome dos vendedores e dos compradores, mas também a localização e natureza (campo ou floresta, capoeira etc.) das terras. Naturalmente, tomamos, neste particular, as mesmas precauções que para a contagem dos registros industriais e comerciais evocadas mais acima.

Regiões Etnias de origem	Planalto	Fronteira	Depressão Central	Litoral e Encosta do Sudeste	Totais
Italianos	15	10	6	2	33
Alemães	4	2	9	3	18
Ital., alem. ou mistos:	15	6	6	5	32
<b>Totais</b>	<b>34</b>	<b>18</b>	<b>21</b>	<b>10</b>	<b>83</b>

Encontra-se, às vezes, descendentes de colonos à cabeça de autênticas “cabanhas” fazendas especializadas na criação de animais de raça pura, ou de fazendas possuindo um “plantel”, isto é um grupo de animais de pedigree. Assim, entre os criadores que em 1.970 inscreveram bovinos de raça no registro genealógico rio-grandense de Pelotas, se salienta um certo número de nomes italianos, alemães ou mistos:

No total, este ano, entre as 544 inscrições, 83 — 15,2% — eram, de fato descendentes de italianos ou de alemães associados em uma proporção de mais de um terço a famílias gaúchas tradicionais. Não podemos deixar de notar, aliás, que a repartição regional das técnicas destes néo-cabanheiros corresponde bastante fielmente a da freqüência dos descendentes de colonos nas cidades do campo.

Nos dois casos, os italianos estão à frente e dominam sobretudo nos municípios do Planalto. Eles são seguidos por famílias mistas, enquanto que os alemães, menos numerosos, estão sobretudo representados na Depressão Central, na proximidade imediata das colônias de seus ancestrais.

Em conclusão, por mais interessantes que sejam, os contatos espontâneos e já antigos entre os fazendeiros e os agricultores rio-grandenses não ocasionaram muita comoção na vida rural tradicional do Rio Grande do Sul. Quase sempre ocasionaram apenas uma expansão dos agricultores e da agricultura no domínio dos criadores gaúchos.

Punctiforme, nos campos, reduzida a uma franja relativamente estreita, nos campos com capões, esta expansão não fez nascer, em geral, novas relações de dependência à propriedade rural, pois os agricultores também têm, freqüentemente, comprado as terras aos primeiros ocupantes.

Este frágil equilíbrio devia entretanto ser rompido no século XX, época de grandes perturbações na campanha rio-grandense.